

Sumário

Após a verificação do quórum, a Reunião Plenária foi declarada aberta às 09 horas e 10 minutos.

Depois, o Sr. Presidente apresentou e submeteu à apreciação do Plenário a proposta da Ordem do Dia, tendo anunciado a Proposta de introdução na agenda, em regime de urgência e a pedido do PAICV, de um debate com o Primeiro Ministro sobre Políticas públicas para o mundo rural e medidas para um contexto de emergência, e ainda a introdução, a pedido do Governo, de mais duas Propostas de Lei ao Ponto I – Aprovação de Propostas de Lei, designadamente a Proposta de Lei que estabelece o regime excecional e temporário para a concepção de incentivos na produção e importação dos dispositivos médicos para uso humano e de equipamentos de proteção individual no contexto do COVID-19 e a Proposta de Lei que concede autorização legislativa ao Governo para aprovar um diploma que contenha medidas de simplificação e modernização administrativa que crie e regule um mecanismo alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios da internet da administração pública, ambas para discussões na generalidade e especialidade.

A introdução dessas propostas na Ordem do Dia foi votada, tendo as do Governo sido aprovada pela unanimidade dos Deputados presentes na Sala, e a do PAICV sido recusada com 38 votos contra do MPD, nenhuma abstenção, 28 votos a favor, sendo do PAICV e 3 da UCID. Relativamente a esses escrutínios proferiram as declarações de voto, respectivamente, os Srs. Deputados João Baptista (PAICV), António Monteiro (UCID), Orlando Dias (MPD) e Walter Évora (PAICV). Logo a seguir às declarações de voto, fizeram ainda interpelações à Mesa os Srs. Deputados Walter Évora (PAICV) e Emanuel Barbosa (MPD).

Na sequência, a proposta da Ordem do Dia foi votada, merecendo aprovação com 38 votos a favor, do MPD, nenhum voto contra e 27 abstenções, sendo 24 do PAICV e 3 da UCID. Proferiram as declarações de votos os Srs. Deputados Janira Hopffer Almada (PAICV), Austelino Correia (MPD) e Dora Oriana Pires (UCID).

De realçar que aquando das votações, primeiramente votaram os Deputados presentes na Sala e, depois, um a um, os Deputados presentes por videoconferência.

Período de Questões Gerais e Declarações Políticas (P. Q. G. D. P.) – *Iniciou-se com uma Declaração Política sobre o comunicado da IATA (Associação Internacional de Transporte Aéreo) em relação à suspensão dos bilhetes e voos da Cabo Verde Airlines e a situação da companhia neste momento, apresentada pelo Sr. Deputado Julião Varela (PAICV).*

No período de esclarecimentos, usaram da palavra os Srs. Deputados Emanuel Barbosa (MPD), Janira Hopffer Almada (PAICV), Joana Rosa (MPD), Luís Carlos Silva (MPD), Nuías Silva (PAICV) e António Monteiro (UCID).

Durante este período interpelaram a Mesa os Srs. Deputados Janira Hopffer Almada (PAICV), Joana Rosa (MPD), Carlos Delgado (PAICV) e Orlando Dias (MPD).

De seguida, passou-se à Declaração Política da UCID, apresentada pelo Sr. Deputado António Monteiro, acerca da problemática do Estado de Emergência e a crise do Covid-19 em Cabo Verde, evidenciando as consequências sociais do mesmo, tendo solicitado uma atitude proativa do Governo e das câmaras para apoiar as famílias afetadas.

No período de esclarecimentos usaram da palavra os Srs. Deputados Hélio Sanches (MPD), José Manuel Sanches (PAICV), Damião Medina (MPD), Carlos Delgado (PAICV), Lúcia dos Passos (MPD), João Gomes (MPD), Julião Varela (PAICV) e António Monteiro (UCID).

O Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) interpelou a Mesa sobre o esclarecimento feito pelo Deputado José Manuel Sanches (PAICV) por via videochamada que teve inúmeras interferências, razão pela qual o Sr. Presidente esclareceu que o tempo em que a intervenção não foi perceptível seria reposto no tempo do Grupo Parlamentar.

A Reunião Plenária foi suspensa às 12 horas e 35 minutos, tendo sido retomada às 14 horas e 41 minutos, com a continuação do Período de Questões Gerais e Declarações Políticas, nomeadamente o período destinado à intervenção dos Deputados.

Na sua intervenção, a Sr. Deputada Filomena Gonçalves (MPD) referiu-se aos ataques ao Governo, à situação da Cabo Verde Airlines, às intervenções que já foram feitas nesta companhia e que neste momento a prioridade é ajudar as pessoas, apelando ao patriotismo, a solidariedade e a colaboração de todos.

Na sequência, para além da referida Deputada, usaram da palavra, para esclarecimentos, os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD) e Orlando Dias (MPD).

O Sr. Deputado Julião Varela (PAICV) interveio dizendo que o PAICV tem tido uma postura construtiva e chamando atenção para distorções na implementação das medidas tomadas para mitigar os efeitos da COVID 19 junto dos trabalhadores, solicitando a intervenção do Governo, e para a situação dos trabalhadores não abrangidos por essas medidas.

O Sr. Deputado Alberto Montrond (MPD), na sua intervenção, apresentou condolências às famílias cabo-verdianas, dentro e fora do País, enlutadas por causa da COVID 19 e uma mensagem de solidariedade a todos os infectados. Parabenizou os profissionais de saúde do mundo inteiro, o Governo pela liderança e pelas medidas tomadas. Mencionou a situação desta pandemia em outros países e apelou a união de esforços e ao espírito de solidariedade.

Na sua intervenção, o Sr. Deputado Nuías Silva (PAICV) falou sobre a situação dos homens do campo, que já vivenciando dificuldades por causa da seca, perguntando ao Governo qual é o ponto de situação do processo de apoio aos agricultores e criadores de gado, nomeadamente na ilha do Fogo, e que medidas estão em curso para poderem fazer face à esta crise.

A Sra. Deputada Dora Oriana dos Reis (UCID) interveio enviando um abraço solidário aos cabo-verdianos, dentro e fora do País, principalmente aos que perderam os seus entes queridos por causa da COVID 19, e rendendo, neste sentido, uma homenagem a um militante da UCID falecido na Holanda. Apelou o Governo a prestar atenção à situação dos estudantes universitários com dificuldades em pagar propinas e para a situação dos jovens que estavam prestes a assinarem o contrato de estágio profissional.

O Sr. Ministro do Turismo e Transportes (Carlos Santos) fez uma intervenção, ao abrigo da alínea i) do artigo 114º do Regimento, acerca do sector do transporte aéreo, a situação da CVA e seu impacto na economia nacional, tendo a Sra. Deputada Janira Hopffer Almada (PAICV) usado da palavra para esclarecimentos.

O Sr. Deputado Luís Carlos Silva (MPD) interveio apontando para a gravidade da situação a nível mundial, particularmente para o sector dos transportes aéreos.

O Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças (Olavo Correia) deu resposta, na sua intervenção, ao abrigo da alínea i) do artigo 114º do Regimento, a várias questões colocadas durante este período, nomeadamente quanto à concessão de portos, a CVA, INPS, sector dos transportes aéreos, impacto da crise sobre a CVA e o referido sector.

Seguiram-se as intervenções intercaladas da Sra. Deputada Janira Hopffer Almada (PAICV) e do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças sobre as questões já referidas.

O Período de Questões Gerais e Declarações Políticas teve continuidade com a apresentação do voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado e advogado, André Lopes Afonso, pelo Sr. Deputado Hélio Sanches (MPD).

Durante a apreciação deste voto de pesar, usaram da palavra os Srs. Deputados João Baptista Pereira (PAICV), Filomena Gonçalves (MPD) e António Monteiro (UCID), para além do

Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto (Fernando Elísio Freire).

O Sr. Presidente solicitou, em nome da Mesa, um minuto de silêncio em memória do falecido, o que foi cumprido.

O Sr. Deputado António Monteiro (UCID) interpelou a Mesa queixando-se de que o Governo não tem respondido às questões colocadas pelo seu partido no P.Q.G.D.P.

Período da Ordem do Dia (P. O. D.) – *Iniciou-se com a apresentação, na generalidade, da Proposta de Lei que estabelece o regime excepcional e temporário para a conceção de incentivos na produção e importação dos dispositivos médicos para uso humano e de equipamentos de proteção individual no contexto da COVID-19, pelo Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.*

Durante a discussão desta Proposta de Lei, usaram da palavra, a diverso título, para além do referido membro do Governo, os Srs. Deputados Georgina Gemiê (MPD), Walter Évora (PAICV), Dália Benholiel (MPD), Orlando Dias (MPD), Rui Semedo (PAICV), João dos Santos Luís (UCID), Lúcia dos Passos (MPD), Julião Varela (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD) Júlio Correia (PAICV), António Monteiro (UCID), José Manuel Sanches (PAICV), Janira Hopffer Almada (PAICV), Luís Carlos Silva (MPD), Nuías Silva (PAICV), Carlos Monteiro (MPD), Ana Paula Moeda (PAICV), Hélio Sanches (MPD) e Joana Rosa (MPD), para além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Submetida à votação, na generalidade, a Proposta de Lei que estabelece o regime excecional e temporário para a conceção de incentivos na produção e importação dos dispositivos médicos para uso humano e de equipamentos de proteção individual no contexto da COVID-19 foi aprovada por unanimidade dos Deputados (65 votos, sendo 39 do MPD, 23 do PAICV e 3 da UCID).

A seguir, o Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças procedeu à apresentação, na especialidade, dos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º, tendo os mesmos sido aprovados, sem quaisquer alterações. Participaram da discussão os Srs. Deputados Filomena Gonçalves (MPD), Rui Semedo (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD), Luís Carlos Silva (MPD), Julião Varela (PAICV), Walter Évora (PAICV), João dos Santos Luís (UCID), Joana Rosa (MPD), Hélio Sanches (MPD), para além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Submetido à votação final global, o referido diploma foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, em número de 63 votos, sendo 38 do MPD, 22 do PAICV e 3 da UCID.

De seguida, passou-se à apresentação, da Proposta de Lei que concede autorização legislativa ao Governo para aprovar um diploma que contenha medidas de simplificação e modernização administrativa que crie e regule um mecanismo alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios da internet da Administração Pública, feita pelo Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

No período de debate, intervieram os Srs. Deputados Milton Paiva (MPD), Janira Hopffer Almada (PAICV), Hélio Sanches (MPD), Julião Varela (PAICV), Filomena Gonçalves (MPD), José Manuel Soares (MPD), Carlos Lopes (MPD), Emanuel Barbosa (MPD), António Monteiro (UCID), João Gomes (MPD), José Maria Gomes da Veiga (PAICV), Nuías Silva (PAICV), Joana Rosa (MPD), Rui Semedo (PAICV), para além da Sra. Secretária de Estado Adjunto para a Modernização Administrativa (Edna Oliveira) e do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

O Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) apresentou um Requerimento à Mesa para se passar à votação do diploma, tendo o Requerimento sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, em número de 62 votos, sendo 34 do MPD, 25 do PAICV e 3 da UCID.

Posteriormente, passou-se à votação, na generalidade, da referida Proposta de Lei, tendo a mesma sido aprovada com 35 votos a favor, do MPD, 22 abstenções, sendo 19 do PAICV e 3 da UCID e nenhum voto contra.

A seguir o Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças procedeu à apresentação, na especialidade, dos artigos 1º, 2º e 3º, tendo os mesmos sido aprovados sem quaisquer alterações.

Submetida à votação final global, a da Proposta de Lei que concede autorização legislativa ao Governo para aprovar um diploma que contenha medidas de simplificação e modernização administrativa que crie e regule um mecanismo alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios da internet da Administração Pública foi aprovada com 35 votos a favor, do MPD, 24 abstenções, sendo 21 do PAICV e 03 da UCID e nenhum voto contra.

O Voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado do MPD e advogado, André Lopes Afonso, também foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

De seguida, passou-se à votação da Proposta de Lei que estabelece o regime jurídico de organização e funcionamento do Observatório do Mercado de Trabalho, tendo esta sido aprovada com 60 votos a favor, sendo 36 do MPD, 21 do PAICV e 3 da UCID e nenhum voto contra.

Posteriormente, aprovou-se por unanimidade os artigos 1º e 2º da Resolução que cria uma Comissão Eventual de Redacção.

A Reunião Plenária foi encerrada às 22 horas e 24 minutos, ficando concluída a 2ª Sessão Plenária de Abril de 2020.